



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11159 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 14 - Sociologia da Educação e Filosofia da Educação

AS BIG TECHS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Débora Furtado Barrera - UnB - Universidade de Brasília

### **AS BIG TECHS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS**

#### **Resumo:**

Nas últimas décadas, *Google* e *Microsoft* têm ampliado sua esfera de atuação provocando uma verdadeira simbiose com governos para a resolução de questões sociais. Trata-se de um fenômeno oriundo de uma nova configuração do sistema econômico, que têm sido compreendido como capitalismo de vigilância. Ao analisarmos a educação superior pública brasileira, percebemos a presença mais atuante dessas corporações tecnológicas a partir de 2015, quando universidades públicas iniciam acordos de cooperação. Nesse sentido, procuramos discutir, a partir de um estudo bibliográfico, como as *Big Techs* se colocam como reflexo do avanço do capitalismo de vigilância em que o Estado se torna mais diminuto e fragilizado trazendo consequências para a compreensão da educação como um bem público.

**Palavras-chave:** Capitalismo de vigilância. *Google*. *Microsoft*. Educação superior pública brasileira.

#### **Introdução**

A ampliação da internet trouxe uma significativa mudança para a sociedade. Entusiasmados com as múltiplas conexões e interatividade de conteúdos que a rede mundial de computadores proporciona, investidores viram nas empresas tecnológicas (em especial as do Vale do Silício) uma opção de investimento rentável. Repentinamente *Google* e *Amazon* viram seus valores de mercado aumentarem de forma vertiginosa. No entanto, essa euforia dura pouco tempo com o estouro da “bolha das ponto.com” que é o momento em que essas empresas têm suas ações de investimento rebaixadas a preços módicos. É justamente nesse período, na visão da pesquisadora norte-americana Shousana Zuboff (2020), que surge o

capitalismo de vigilância.

Ao analisarmos a história do capitalismo, observamos mudanças nos modos de produção para que esse sistema econômico permanecesse. Piketty (2014) aponta que o capitalismo não é uma unidade única e que a constante mutação em suas formas de produção e de apropriação do capital são primordiais para a sua manutenção. Assim, nos deparamos com uma mutação do capitalismo informacional para uma nova versão, o capitalismo de vigilância, em que o ser humano se torna a matéria-prima gratuita para esse sistema econômico. O acúmulo das informações inerentes ao comportamento do usuário na internet, definido por Zuboff (2020) como *superávit* comportamental, deixa de ser apenas um índice para a melhoria do serviço da rede para se tornar a base de produtos de predição sobre o comportamento do usuário a serem vendidos para empresas que divulgarão suas mercadorias nesse vasto mundo digital. Na visão da pesquisadora, o capitalismo de vigilância desenvolve uma nova lógica de acumulação que interfere, diretamente, na constituição da subjetividade e do futuro humano.

Zuboff (2020) alerta que esse projeto de vigilância comercial não foi um acidente infeliz ou uma consequência do capitalismo informacional, muito menos um derivado da internet e das tecnologias digitais; mas uma ação humana intencional, que gera uma nova classe de ativos em que o lucro se sobrepõe às pessoas. Para a autora, o capitalismo de vigilância foi desenvolvido com intencionalidade, por um determinado grupo de pessoas, em dado tempo e em lugar específico. A *Google* seria a pioneira desse projeto seguida por *Facebook* e *Microsoft*.

A esfera de atuação dessas empresas que, em um primeiro momento, aparentava alcançar apenas a vida pessoal, começa a ganhar espaço dentro dos governos que veem uma oportunidade de “resolução” dos problemas sociais com um gasto mínimo a partir dos serviços desenvolvidos por tais corporações. Nesse contexto, as *Big techs* propõem um discurso que aponta as limitações burocráticas do Estado (especificamente, em referência às discussões políticas e legislações estatais) com o intuito de encontrar o espaço adequado para avançar nas suas inovações em que o objetivo seria o de resolver questões sociais. Esse fenômeno, denominado como “Solucionismo” por Morozov (2018), ocorre quando empresas do Vale do Silício tendem a vender sua imagem como as equalizadoras do mundo. Assim, o que acontece é uma simbiose de forças entre governos e *Big Techs* e uma consequente presença dessas companhias em ações estatais, resultando na diminuição da atuação do Estado. Morozov (2018) argumenta que, ao justificarem a presença das grandes corporações tecnológicas em vários setores públicos, com a escusa de ser uma forma mais eficaz para a economia de gastos do Estado, os governos se esquivam das consequências da real crise política e econômica produzida ao longo das últimas duas décadas.

Aqui no Brasil observamos os reflexos da simbiose entre governos e *Big Techs* quando constatamos que 80% das instituições públicas de ensino superior possuem acordos com a *Google* ou a *Microsoft*. É o que nos mostra os dados coletados pelo Observatório Educação

Vigiada, iniciativa de pesquisadores acadêmicos e de organizações sociais que, desde 2016, vem mapeando a presença dessas corporações na educação pública com o objetivo de trazer ao debate questões sobre a plataformização da educação.

Em entrevista realizada à revista Exame, o gerente regional da *Google* afirmou que houve um crescimento exponencial da empresa na região e que a corporação está disposta a ajudar as instituições escolares na transição para um formato híbrido de ensino (CERIONI, 2020). Para Cruz e Venturini (2020), tais parcerias público-privadas realizadas entre Estado e *Big Techs* refletem a expansão do capitalismo de vigilância que necessita ganhar novos mercados. Por isso, países do Cone Sul se tornam o novo foco dessas empresas, uma vez que há um baixo investimento estatal em ciência e tecnologia. O presente trabalho busca apresentar a entrada das *Big Techs* na universidade brasileira e problematizar os seus possíveis impactos no projeto formativo universitário.

### **As *Big Techs* e a educação pública superior brasileira**

A entrada das *Big Techs* em vários setores da sociedade gerou o fenômeno classificado por Poell, Nieborg e Dijck (2020) como plataformização da sociedade, ou seja, a penetração de infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais de plataformas em diferentes setores da sociedade. No que se refere a educação, os autores revelam preocupação sobre a privatização da educação pública que pode resultar da entrada dessas corporações tecnológicas nas escolas. Van Dijck e Poell (2018) alertam para o fato de que plataformas como *Facebook* e *Google* nunca poderão substituir escolas e universidades, mas interferem na discussão sobre o que vem a ser a educação em uma sociedade cada vez mais orientada por dados e baseada em plataformas. No Brasil, observamos um movimento mais acentuado de adesão das universidades públicas aos serviços da *Google* e da *Microsoft* a partir de 2015. Citamos, à título de análise, o caso de quatro universidades federais.

Em novembro de 2015, a Universidade de Campinas (Unicamp) celebrou o contrato com a *Google* para o uso de seus aplicativos. Os gestores ressaltaram as fascinantes possibilidades que se abririam com esse tipo de cooperação (Tavares, 2015). Já em novembro de 2016, foi a vez da Universidade de São Paulo (USP) realizar o mesmo tipo de parceria. Segundo a USP (2016), a parceria não envolveria nenhum custo para a universidade e geraria uma economia de seis milhões de reais, uma vez que não seria mais necessário a manutenção de serviços de hospedagem de *e-mails* institucionais. Em fevereiro de 2018, é a vez da Universidade Federal de Ouro Preto, seguindo o exemplo da Unicamp e da USP (UFOP, 2018). No discurso de gestores das três instituições a “economia de custos” e os “benefícios ilimitados” foram pontos em comum para justificar esse tipo de parceria.

Para a Universidade Federal do Amazonas, a parceria com a *Google*, desde 2020, tem sido tão profícua que a formação sobre o uso das ferramentas do *Google* para docentes já é considerada uma iniciativa para contemplar a nova visão formação de professores da universidade (UFAM, 2020).

Assim, observamos que a entrada das *Big Techs* nas universidades encaixa-se dentro de um projeto de minimizar o Estado e outorgar esse poder à tais corporações. Esse movimento pode trazer impactos que sobrepõem a questão tecnológica e influenciam diretamente o projeto formativo e a autonomia da universidade uma vez que ações de formação começam a ser direcionadas de acordo com a disponibilidade dos serviços ofertados por essas corporações.

### **Considerações finais**

Com a entrada das *Big Techs* na educação, urge a necessidade de se desenvolver uma cultura política de enfrentamento ao desmonte do Estado, cada vez mais fragilizado diante dos novos contornos do capitalismo de vigilância. Conforme a compreensão de Prazeres (2015), é plausível pensar que empresas como *Google* ou *Microsoft* se coloquem como centro emissor de valores a fim de que, no contexto de uma instituição de ensino, a comunidade escolar, submetida aos seus programas, transforme-se em um exército de multiplicadores dos produtos e dos valores da empresa.

A presença das *Big Techs* na educação vai além de levar tecnologias para a sala de aula; trata-se da proposição de uma mudança filosófica no conceito de educação enquanto um bem público. Para reverter esse quadro, seria necessário desenvolver políticas que visem ao fomento de indústrias de *softwares* nacionais, ao incentivo para permanência de pesquisadores no país, à regulamentação sobre transferência de dados públicos para empresas transnacionais e, sobretudo, ao investimento estatal contínuo em educação pública.

A nossa reflexão gira em torno nas seguintes questões: seriam as *Big Techs* a melhor solução para os desafios enfrentados pelas universidades? Quais são as reais intenções que *Google* e *Microsoft* possuem ao escolherem essas instituições como o novo campo de atuação para os seus empreendimentos? Trata-se de indagações que podem iluminar a compreensão sobre os impactos do avanço do capitalismo de vigilância por meio das *Big Techs* na universidade pública.

### **REFERÊNCIAS**

CERIONI, C. Head do Google for Education: a educação não voltará mais ao 100% offline. **Exame**, 6 jul. 2020. Disponível em: <https://exame.com/brasil/head-do-google-for-education-a-educacao-nao-voltara-mais-ao-100-offline/>. Acesso em: 4 ago. 2021.

CRUZ, L. R. da; VENTURINI, J. R. Neoliberalismo e crise: o avanço silencioso do capitalismo de vigilância na educação brasileira durante a pandemia da Covid-19. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, [s. l.], v. 28, p. 1060-1085, dez. 2020. ISSN 2317-6121. Disponível em: <https://www.br-ie.org/pub/index.php/rbie/article/view/v28p1060>. Acesso em: 22 nov. 2021.

MOROZOV, E. **Big tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editor, 2018.

POELL, T.; NIEBORG, D.; VAN DIJCK, J. Platformisation. **Internet Policy Review**, [s. l.],

v. 8, n. 4, p. 1-13, 2019. Disponível: <http://policyreview.info/concepts/platformisation> Acesso em: 4 ago. 2021.

PRAZERES, M. Empresa HD, aluno monitor: a Microsoft e a construção da crença nas tecnologias. **Educação e Pesquisa**, [s. l.], v. 41, n. 2, p. 527-542, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022015041662>. Acesso em: 10 ago. 2021.

TAVARES, I. Unicamp e Google celebram parceria. **Unicamp**, 2015, Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2015/11/30/unicamp-e-google-apps-education-celebram-parceria>. Acesso em 29 jun.2022.

UFAM. Proeg e Progesp realizam curso de formação. **UFAM**, 2020. Disponível em: <https://ufam.edu.br/noticias-destaque/1623-proeg-e-progesp-realizam-curso-de-formacao-tecnologias-professores-da-ufam.html>. Acesso em 29 jun.2022.

UFOP. Parceria **UFOP**, UFOP, 2018. Disponível em: <https://sites.ufop.br/gsuite/parceria-ufop>. Acesso em 29 jun.2022.

USP. Google. **USP**, 2016. Disponível em <https://www.sti.usp.br/cooperacao/google-g-suite-education/> Acesso em 29 jun.2022.

VAN DIJCK, J. POELL, T. Social media platforms and education. In J. Burgess, A. Marwick, & T. Poell (Eds.), **The SAGE Handbook of Social Media**. London: SAGE, 2018.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.